

CNBB definirá posição política sobre o Cimi

BRASILIA (Sucursal) — O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), divulgou ontem, o teor do relatório sobre as missões indígenas e o própria entidade, solicitado pela presidência da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, como subsídio para a próxima reunião da assembleia do Episcopado, que será realizada entre os dias 8 e 17 deste mês, em Itaipu, São Paulo.

Um dos principais itens a serem discutidos pelos bispos de todo o Brasil na próxima semana, é sobre a atuação dos missionários junto aos índios e, especificamente, sobre o Cimi, quando deverá ser tomada uma posição favorável ou não à linha política adotada pela entidade no seu trabalho junto aos índios e quanto às tensões criadas com a Fundação Nacional do Índio.

ORIGENS

Segundo o documento, o Conselho Indigenista Missionário surgiu das necessidades de um secretariado missionário permanente, que se reunisse periodicamente com conselheiros, para melhor acompanhar o trabalho das missões em áreas indígenas, a partir dos encontros promovidos pelo secretariado nacional de atividade missionária a cargo do padre Lourenço Sonsbeek.

Nestas reuniões, os missionários colocavam os problemas em comum e suas preocupações quanto ao trabalho a realizar com os índios, entre elas, o isolamento dos missionários, em razão das grandes distâncias e dificuldade nos meios de comunicação, que impedem uma troca de informações mais eficiente entre eles, imprescindível para o bom desempenho das suas missões.

Entre as preocupações apontadas pelos missionários, durante estas reuniões, também está a atenção dos prelados voltada, prioritariamente, para os não-índios, embora se beneficiando do fato de terem índios em suas paróquias e a desatualização dos missionários com relação à pastoral indigenista, por falta de melhores conhecimentos dos problemas indígenas.

Destaca, também, o relatório, a inconsciência dos católicos em geral, com referência aos índios e às missões indígenas, até hoje encaradas sob o aspecto romântico e a nova política do país, de desenvolvimento e segurança, fazendo sentir seus primeiros efeitos negativos na Amazônia dos índios, com a implantação dos grandes projetos agropecuários.

Quanto ao nascimento oficial do Cimi, este foi criado sob forma de um Conselho, integrado por missionários e ligado oficialmente à CNBB, em abril de 1972. Nesta ocasião, a CNBB convocou os missionários a Brasília, com a presença de D. Ivo Lorscheiter e alguns bispos, para um encontro de estudos e planejamento pastoral missionária.

A partir de 1972, relata o documento, o Cimi desenvolveu diversos trabalhos relacionados à problemática indígena, participando da preparação do estatuto do Índio, o levantamento da situação das missões e dos índios, cursos de reciclagem para missionários, além de várias assembleias regionais dos missionários, assembleias de chefes indígenas e a 1.ª Assembleia Nacional do Cimi, em Goiânia, em 1975. A próxima reunião geral da entidade está prevista para novembro deste ano.

O RELATÓRIO

Sobre as tensões criadas entre o órgão indigenista oficial e o Cimi, diz o relatório: "São sobejamente conhecidas as tensões, na área missionária indígena, com relação à Funai. A primeira vista, baseando-se apenas no noticiário dos jornais, estas tensões convergiriam exclusivamente sobre o Cimi, de modo especial sobre seu secretariado. É bem verdade que o Cimi tem polarizado boa parte das dificuldades encontradas no exercício da ação missionária. Mas, na realidade, estas dificuldades não são só do Cimi. São dos índios e de todas missões religiosas que muitas vezes o Cimi se tornou defensor diante da opinião pública. E, 90% destas dificuldades se referem à terra dos índios. Nestes últimos anos o problema de terra se tornou crucial, chegando ser, com incrível aceleração, o problema de todas as áreas a um nível crítico".

Relacionando, a título de exemplo, alguns dados sobre os conflitos surgidos entre a Funai e o Cimi, o documento recorda o problema da missão Ianomami, dos padres da Consolata, no rio Catrimani, que vem tentando desde 1968, conseguir a reserva para os índios.

Os projetos, segundo o relatório, têm desaparecido sistematicamente nos gabinetes da Funai. E até hoje nada foi feito de oficial. "Além disso, a Funai desencadeou uma campanha de desmoralização daquela missão, em março de 1975".

Entre os 13 casos que relaciona, está, também, "as ameaças que estão se tornando frequentes, de transferência dos índios tapirapé, (MT) aos cuidados das Irmãs de Jesus, na paróquia de São Felix, para a ilha do Bananal e a retirada das missionárias de junto dos índios, caso não se conformem com a decisão".

Citando o caso ocorrido por ocasião da morte do padre Rodolfo Lukenbein, da Missão Salesiana de Meruri, (MT), quando o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, chegou a declarar que o órgão poderia assumir a missão, caso esta não estivesse em condições de controlar os conflitos, o relatório afirma que a missão que a Funai ocupa fica com as portas fechadas para sempre para qualquer missionário.

INTERVENÇÃO
 Ainda sobre os conflitos Funai-Cimi, diz o relatório que em abril de 1975, no simpósio Funai-Missões, em Manaus ficou bem clara a intenção do presidente da Funai de isolar o Cimi das missões.